



PUBLICADO EM 17 de 08 de 2008  
17 de 08 de 2008  
Thays  
Thays Gomes de Campos  
Chefe de Gabinete  
Port. 027/2008

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO**

End. Av. Carlos Gomes S/N. Telef. 69 3447 1051  
Email.pmparecis@hotmail.com

Lei nº 261/2008.

**EMENTA:** “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009 e dá outras providências”.

**HELENITO BARRETO PINTO JUNIOR**, Prefeito do Município de Parecis, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal de Parecis aprovou e ele sanciona e promulga a presente

**LEI:**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias para o exercício econômico-financeiro de 2009, compreendendo:

- I. as diretrizes gerais para o orçamento do Município;
- II. as diretrizes específicas do orçamento fiscal;
- III. as diretrizes específicas do orçamento da seguridade social;
- IV. as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V. as disposições sobre a administração da dívida pública e as operações de crédito;
- VI. as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII. as disposições sobre as despesas com outros entes da federação;
- VIII. as disposições sobre os critérios para a realização do orçamento participativo;
- IX. as disposições finais.

Av: Carlos Gomes, S/Nº  
Bairro Centro-Parecis - Rondônia -CEP -78989-000  
Telefone 69-3447-1051



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO**

End. Av. Carlos Gomes S/N. Telef. 69 3447 1051

Email.pmparecis@hotmail.com

**CAPÍTULO II**  
**DAS DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 2º** - A lei orçamentária para o exercício financeiro de 2009, compreendendo o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social, será elaborada conforme as diretrizes gerais estabelecidas neste Capítulo e será apresentada nos termos de classificação e programação da despesa da Lei Federal n.º 4.320/64, Portaria Ministerial n.º 42/99 e Portaria Interministerial 163/2001 e suas alterações e também como determina a Lei Complementar n.º 101/00.

**§ 1º** - A responsabilidade pela classificação institucional, programática e quanto aos projetos, atividades e operações especiais recairá sobre a Administração Municipal que adotará para tanto ato próprio para codificar tais elementos.

**§ 2º** - Os orçamentos de que trata o "caput" deste artigo, bem como suas alterações, serão elaborados através do sistema informatizado, sobre a responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

**Art. 3º** - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2009 são as especificadas abaixo, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2008 e na sua execução, devendo observar as seguintes prioridades:

- I. ampliar a oferta e a melhoria dos serviços prestados na área social;
- II. melhorar a educação através do ensino-aprendizagem e propiciando melhores infra-estrutura;
- III. dinamizar a economia do Município;
- IV. implementar a execução e o controle orçamentários, visando à recuperação da capacidade de investimento do Município;
- V. assegurar o desenvolvimento e o crescimento urbano de forma harmônica, e preservar o ambiente natural e a qualidade de vida dos cidadãos;
- VI. ampliar e melhorar as áreas de lazer, envolvendo o esporte e a cultura;
- VII. promover programas para melhoramento da infra-estrutura;
- VIII. recuperar ruas, avenidas e estradas para deslocamento da população;



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO**

End. Av. Carlos Gomes S/N. Telef. 69 3447 1051

Email.pmparecis@hotmail.com

- IX. redirecionar o crescimento e desenvolvimento do Município, buscando aprimorar e fomentar agricultura, pecuária e outras atividades;
- X. modernizar a Administração Pública por meio da informatização, da melhoria das estruturas, da implementação do sistema de gestão e da qualificação permanente dos servidores;
- XI. com parceria de outras esferas de governo, intensificar o desenvolvimento agrícola em nosso Município.

**§ 1º** - O estabelecimento das metas necessárias à concretização das prioridades dispostas no “caput” deste artigo, para o exercício de 2009, será efetivado em consonância ao que dispõe o Plano Plurianual para o mesmo período.

**§ 2º** - O anexo I desta Lei demonstra as despesas que constituem as obrigações constitucionais e legais do município, não se constituindo em objeto de limitação à programação das despesas.

**§ 3º** - Os anexos II e III desta Lei demonstram respectivamente as metas e riscos fiscais, na forma do art. 4º, §1º e 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**§ 4º** - O anexo IV desta Lei estabelece os programas, os objetivos e as metas, que terão procedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2009.

**Art. 4º** - A manutenção de atividades terá prioridade sobre as ações de expansão.

**Art. 5º** - Os projetos em fase de execução, terão preferência sobre novos projetos.

**Art. 6º** - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos necessários à sua cobertura.

**Art. 7º** - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual, ou aos projetos que o modifiquem, serão admitidas desde que:

- I. compatíveis com a presente Lei;
- II. compatíveis com o Plano Plurianual;
- III. indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulações de despesas, excluídas as que incidem sobre:
  - a) dotações para pessoal e seus encargos;

Av: Carlos Gomes, S/Nº  
Bairro Centro-Parecis - Rondônia -CEP -78989-000  
Telefone 69-3447-1051



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO**

End. Av. Carlos Gomes S/N. Telef. 69 3447 1051

Email.pmparecis@hotmail.com

- b) dotações destinadas à amortização da dívida sob a supervisão da Secretaria de Fazenda do Município;
  - c) transferência da União, convênios, operações de crédito, contratos, acordos, ajustes e instrumentos similares, desde que vinculados à programação específica;
  - d) despesas referentes a vinculações constitucionais;
- IV. relacionadas:
- a) com correção de erros ou omissões;
  - b) com os dispositivos do texto desta Lei.

**Art. 8º** - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, e Conselhos Municipais, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I. sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas nos respectivos Conselhos;
- II. sejam de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. atendam ao disposto no art. 204, da Constituição Federal ou no art. 61, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT.

**Parágrafo único** – Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular no ano anterior, emitida por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

**Art. 9º** - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e Conselhos Municipais desde que sejam:

- I. de atendimento direto e gratuito voltado para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar pública estadual e municipal do ensino fundamental;
- II. voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;
- III. qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Av: Carlos Gomes, S/Nº  
Bairro Centro-Parecis - Rondônia - CEP -78989-000  
Telefone 69-3447-1051



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO**

End. Av. Carlos Gomes S/N. Telef. 69 3447 1051

Email.pmparecis@hotmail.com

§ 1º Caberá ao órgão transferidor acompanhar a execução das atividades, projetos ou operações especiais, desenvolvidos com os recursos transferidos.

§ 2º As subvenções sociais poderão ser efetivadas através das unidades orçamentárias que desenvolvem as ações específicas.

**Art. 10** – Os recursos destinados à ajuda financeira, a qualquer título, à empresa com fins lucrativos, observará o disposto nos artigos 18, Parágrafo único, e 19, da Lei nº 4.320/64.

**Art. 11** – Na elaboração do orçamento fiscal e da seguridade social, serão observadas as diretrizes específicas de que trata esta Lei.

**CAPÍTULO III**  
**DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO**

**Art. 12** – O Orçamento compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo, de seus órgãos, autarquias e fundos municipais, instituídos e mantidos pelo Poder Público.

**Art. 13** - As despesas com pagamento de precatórios e acordos judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade, em atividades específicas.

§ 1º – A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Fazenda, até 30 de setembro de 2009, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, a serem incluídos na proposta orçamentária de 2009, conforme determina o art.100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações, especificando:

- I. número da ação originária;
- II. número do precatório;
- III. tipo de causa julgada;
- IV. data da autuação do precatório;
- V. nome do beneficiário; e
- VI. valor do precatório a ser pago.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO**

End. Av. Carlos Gomes S/N. Telef. 69 3447 1051

Email.pmparecis@hotmail.com

**§ 2º - A relação de débitos, de que trata o “caput” deste artigo, somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequente e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:**

- I. certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
- II. certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

**§ 3º - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública, direta e indireta, submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.**

**§ 4º - Os precatórios somente poderão ser pagos após contestação judicial de seus valores, em todas as instâncias, e as sentenças judiciais serão pagas somente depois de transitada em julgado.**

**Art. 14 – O Executivo Municipal poderá despender recursos para custear despesas de competência de outros entes da federação, desde que haja autorização através de lei específica, em conformidade com o art. 62 da Lei Complementar 101/2000.**

**Art. 15 – O Município aplicará no mínimo 25% de sua receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal, a Emenda Constitucional 14/96, a Lei Federal nº 9.424/96 e a Instrução Normativa 014/TCER/05.**

**Art. 16 - O Município aplicará no mínimo 15% de suas receita resultante de impostos em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inc. II art. 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000 e a Lei Municipal nº 1.007/98.**

**Art. 17 – O Município aplicará 5% de sua receita resultante de impostos, em ações e serviços de assistência social, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.282/2001.**

**Art. 18 – O município aplicara 1% em ações e serviços com o Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente, de sua receita resultante do FPM e ICMS, conforme Lei nº 019/1997.**

Av: Carlos Gomes, S/Nº  
Bairro Centro-Parecis - Rondônia -CEP -78989-000  
Telefone 69-3447-1051



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO**

End. Av. Carlos Gomes S/N. Telef. 69 3447 1051  
Email.pmparecis@hotmail.com

**Art. 19 – VETADO.**

**Parágrafo único** – Entende-se como receita o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, que será suplementado no exercício de 2009, caso a previsão orçamentária não atinja o percentual definido no “caput”.

**Art. 20** – A lei orçamentária conterá reserva de contingência no montante mínimo de 0,5% (meio por cento) da receita total, deduzidos os convênios destinados a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 21** – O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar as dotações do grupo de pessoal e encargos sociais, dotações para pagamento de precatórios e amortização e juros da dívida e dotações para despesas com operações de crédito e convênios.

**Art. 22** – A lei orçamentária disporá também sobre a abertura de créditos adicionais suplementares com recursos vinculados, até o limite de cada convênio, quando ocorrer o recebimento de recursos da União, do Estado ou de outras entidades.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO**  
**DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Art. 23** – O orçamento da seguridade social compreende os recursos necessários para a saúde, previdência e assistência social, no seu conjunto, e todas as entidades e órgãos vinculados.

**Art. 24** – As receitas compreenderão:

- I. transferências de recursos do orçamento fiscal, originados de receita ordinária do tesouro municipal e de operações de crédito;
- II. recursos diretamente arrecadados pelas unidades orçamentárias que compõem o orçamento da seguridade social e contribuições sobre a folha de salário;
- III. convênios, acordos e ajustes firmados com organismos estaduais, federais e outras entidades.
- IV. demais receitas e repasses que integram a seguridade social.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO**

End. Av. Carlos Gomes S/N. Telef. 69 3447 1051

Email.pmparecis@hotmail.com

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AS DESPESAS DO**  
**MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 25** – A fixação dos valores de dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e respectivos encargos, terá como referência os valores do exercício de 2008, admitindo-se acréscimo de gastos decorrentes de modificações de tabelas, preenchimentos e criações de cargos, desde que não ultrapasse o percentual previsto nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101/2000.

**Art. 26** – Os Poderes Executivo e Legislativo poderão conceder vantagens e aumento de remuneração, reposição salarial decorrente de perdas com inflação, criar cargos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão e contratação de pessoal, porém a criação de quaisquer vantagens ou implantação de planos de carreiras, dos órgãos da administração direta e indireta, será sempre precedida de autorização legislativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder.

**Art. 27** – Os acordos trabalhistas dos órgãos da administração, serão apreciados através da Procuradoria Geral do Município.

**Art. 28** – As dotações orçamentárias da administração direta, destinada a pessoal e encargos sociais, serão operacionalizadas pela Secretaria Municipal de Fazenda ou outro órgão que venha substituí-la.

**Art. 29** – Os Poderes Executivo e Legislativo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como limites para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento de setembro de 2008, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreiras, admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto na Emenda Constitucional nº 25/2000 e dos dispostos nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 30** – Para a realização de sessões extraordinárias será observado o disposto no art. 22, da Lei Orgânica Municipal e somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Av: Carlos Gomes, S/Nº  
Bairro Centro-Parecis - Rondônia -CEP -78989-000  
Telefone 69-3447-1051





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO**

End. Av. Carlos Gomes S/N. Telef. 69 3447 1051

Email.pmparecis@hotmail.com

**Art. 31** – A proposta orçamentária assegurará recursos para qualificação de pessoal, visando ao aprimoramento e treinamento dos servidores municipais, que ficarão agregados a programa de trabalho específico.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA E AS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS**

**Art. 32** – A administração da dívida pública municipal terá por finalidade reduzir custos e propiciar fontes de recursos alternativos para fortalecimento do tesouro municipal.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

**Art. 33** - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU de 2009, terá desconto de até 30% (trinta por cento) do valor lançado, para pagamento em cota única e de até 15% (quinze por cento) para pagamento parcelado.

**Art. 34** – O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, só será aprovado se atendida as disposições do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 35** - Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria, ou ainda em razão de interesse público relevante.

**Art. 36** - Na estimativa das receitas da lei orçamentária, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projetos de leis encaminhados ao Poder Legislativo após o mês de setembro de 2009.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO**

End. Av. Carlos Gomes S/N. Telef. 69 3447 1051  
Email.pmparecis@hotmail.com

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 37** – O Poder Executivo adotará, durante o exercício financeiro de 2008, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

**Parágrafo único** – A execução orçamentária, financeira e contábil do Poder Executivo do Município dar-se-á através do sistema informatizado.

**Art. 38** – Na hipótese de projeto de lei orçamentária anual não ter sido devolvido para a sanção do Prefeito obedecendo os prazos regimentais do poder Legislativo, fica autorizado à execução da proposta orçamentária originalmente encaminhada a Câmara Municipal de Vereadores.

**§ 1º** - Não se incluem no limite previsto no “caput” deste artigo, as dotações para atendimento de despesas elencadas nos incisos abaixo, que terão disponibilizadas as dotações orçamentárias consignadas na proposta de orçamento.

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. pagamento de benefícios previdenciários a cargo do INSS;
- III. as operações oficiais de crédito;
- IV. pagamento de compromissos contratuais;
- V. convênios e contrapartidas.

**§ 2º** - Os saldos negativos, apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após a sanção da lei orçamentária.

**Art. 39** – O Poder Executivo deverá elaborar e afixar no átrio, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, programação financeira e cronograma anual de desembolso mensal, observando, em relação às despesas constantes no mesmo, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

**Parágrafo único** – O cronograma de que trata este artigo, e suas alterações, deverá explicitar os valores autorizados na lei orçamentária, em

Av: Carlos Gomes, S/Nº  
Bairro Centro-Parecis - Rondônia -CEP -78989-000  
Telefone 69-3447-1051



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO**

End. Av. Carlos Gomes S/N. Telef. 69 3447 1051

Email.pmparecis@hotmail.com

seus créditos, bem como os valores liberados para movimentação e empenho para cada uma das categorias.

**Art. 40**– A Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento ou outra que venha substituí-la, após a promulgação da lei de orçamento e com base nos limites nela fixados, publicará imediatamente na Imprensa Oficial do Município os Quadros de Detalhamento de Despesas – QDD, especificando por projetos e atividades os elementos da despesa e respectivos desdobramentos.

**Parágrafo único** – A Lei Orçamentária incluirá, dentre outros demonstrativos, os seguintes:

- I. evolução da receita e despesa do tesouro, por categoria econômica;
- II. demonstrativo das receitas e despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, bem como o conjunto dos dois orçamentos, segundo as categorias econômicas;
- III. demonstrativos dos investimentos consolidados previstos no orçamento;
- IV. quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do município, em termos de realização de obras e prestação de serviço.

**Art. 41** – As alterações decorrentes de abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa – QDD, os quais serão automaticamente modificados, após a publicação do decreto do Executivo.

**Art. 42** – São vedados quaisquer procedimentos no âmbito do sistema de orçamento, da programação e da execução orçamentária-financeira e contábil, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada a disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art. 43**- A Lei Orçamentária Anual Conterá dispositivos que autorizem o Executivo a proceder aberturas de créditos adicionais suplementares no limite Máximo de 50% (cinquenta por cento) do orçamento de cada Secretaria, conforme os termos dos artigos 42, 43, 45 e 46 da Lei Federal nº 4.320/64 e serão apresentados na forma e com os detalhamentos estabelecidos nos quadros de detalhamento de despesa.

**Art. 44** – As solicitações de créditos adicionais suplementares serão apresentadas na forma e com os detalhamentos estabelecidos nos Quadros de Detalhamento de Despesa – QDD.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO**

End. Av. Carlos Gomes S/N. Telef. 69 3447 1051

Email.pmparecis@hotmail.com

**§ 1º** - As alterações dos Quadros de Detalhamento de Despesas – QDD do Poder Executivo, nos níveis de modalidade de aplicação e elemento de despesa, serão efetuadas pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento ou outra que venha substituí-la, e publicada na Imprensa Oficial do Município.

**Art. 45** – As transferências de recursos financeiros do Município, consignadas na lei orçamentária anual, na forma da legislação vigente, para o Poder Legislativo, serão realizadas de acordo com a programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso.

**Art. 46** - Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, conforme dispõe a alínea “b”, inc. I art. 4º da Lei Complementar 101/2000, esta será feita mediante a utilização de decreto do Executivo Municipal.

**§ 1º** - Na hipótese da ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, até o décimo dia útil da realização da avaliação bimestral do comportamento da receita.

**§ 2º** - Depois de elaborado o decreto, a Assessoria Jurídica do Município, observando o parágrafo anterior, através de resolução estipulará critérios e formas de limitação de empenho e movimentação financeira.

**§ 3º** - As despesas que são obrigações constitucionais ou legais do Município, constantes na relação do Anexo I desta lei, as destinadas ao serviço da dívida, as decorrentes de sentenças judiciais e bem como folha de pagamento e encargos sociais, não serão objeto de limitação.

**§ 4º** - Na limitação de empenho e movimentação financeira, observar-se-á a seguinte ordem:

- a. investimentos;
- b. inversões financeiras;
- c. outras despesas correntes (diárias, material de consumo, etc);
- d. as despesas atendidas com recursos de contrapartida em operações através de convênios.

Av: Carlos Gomes, S/Nº  
Bairro Centro-Parecis - Rondônia - CEP - 78989-000  
Telefone 69-3447-1051



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO**

End. Av. Carlos Gomes S/N. Telef. 69 3447 1051

Email.pmparecis@hotmail.com

**Art. 47** - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Parágrafo único** – O setor contábil registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

**Art. 48** - Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Secretaria Municipal de Administração Fazenda e Planejamento.

**Art. 49** - Conforme dispõe a alínea "e", inc. I art. 4º da Lei Complementar 101/2000, através de Decreto, o Executivo Municipal, com o assessoramento da Assessoria Jurídica do Município, fixará a metodologia e normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

**Art. 50** - Até o final dos meses de Agosto e Janeiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada semestre, em audiência pública em conformidade com a Lei Complementar 101/2000.

**Art. 51** - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Parecis-RO, 17 de Novembro de 2008.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO**

End. Av. Carlos Gomes S/N. Telef. 69 3447 1051  
Email.pmparecis@hotmail.com

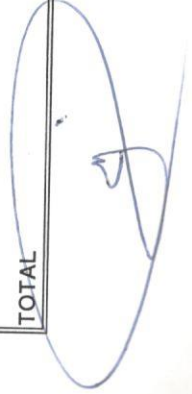
  
**ALMIR FERREIRA DA CRUZ**  
Secretário Municipal de Administração Fazenda e Planejamento

  
**HELENITO BARRETO PINTO JUNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS - RO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2009

ANEXO DE RISCO FISCAL ( art. 4º § 3º L.C. 101/2000)

Passivos Contingentes e Outros Riscos	Valor Estimado para 2009	Providências a serem tomadas, caso se concretizem
INTEMPERES TEMPORAIS	-	Remanejamento de recursos para a atendimento em Situação Impresvistos, ou para Cobrir despesas de Precatórios e de Pessoal
TOTAL	-	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS - RO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2009

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**Quadro II - Demonstrativo Metas Fixadas e Realizadas dos Três Exerc. Anter. ( artigo 4º § 2º - I e II LC 101/2000)**

DESCRIÇÃO	Fixado 2005	Realizado 2005	Fixado 2006	Realizado 2006	Fixado 2007	Realizado 2007
<b>I - Receita Total</b>	<b>5.136.453,45</b>	<b>4.719.558,19</b>	<b>5.798.793,63</b>	<b>5.415.661,33</b>	<b>5.963.131,71</b>	<b>5.964.612,45</b>
( - ) Receitas Financeiras / Equivalentes	12.762,06	3.635,99	4.017,80	3.674,67	30.000,00	12.229,77
<b>II - Receita Não Financeiras</b>	<b>5.123.691,39</b>	<b>4.715.922,20</b>	<b>5.794.775,83</b>	<b>5.411.986,66</b>	<b>5.933.131,71</b>	<b>5.952.382,68</b>
<b>III - Despesa Total</b>	<b>5.136.453,45</b>	<b>4.719.585,19</b>	<b>5.798.793,63</b>	<b>5.415.661,33</b>	<b>5.963.131,71</b>	<b>5.964.612,45</b>
( - ) Despesas Financeiras / Equivalentes	24.000,00	14.263,94	15.000,00	23.929,24	27.000,00	25.894,07
<b>IV - Desp. Não Financeiras</b>	<b>5.112.453,45</b>	<b>4.705.321,25</b>	<b>5.783.793,63</b>	<b>5.391.732,09</b>	<b>5.936.131,71</b>	<b>5.938.718,38</b>
<b>V - Resultado Primario ( II - IV )</b>	<b>11.237,94</b>	<b>10.600,95</b>	<b>10.982,20</b>	<b>20.254,57</b>	<b>(3.000,00)</b>	<b>13.664,30</b>
( + / - ) Juros Líquidos	-	-	-	-	-	-
<b>VI - Resultado Nominal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VII - Dívida Líquida Governamental</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS - RO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO**  
**LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2009**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**Quadro III - Evolução do Patrimonio Líquido ( artigo 4º § 2º - III LC 101/2000)**

DESCRIÇÃO	2007	% S/ EXERC ANTER.	2006	% S/ EXERC ANTER.	2005	% S/ EXERC ANTER.
ATIVO REAL	3.352.582,64	107,35%	3.122.959,07	114,56%	2.726.133,29	106,44%
PASSIVO REAL A DESCOBERTO						

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS - RO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2009

ANEXO DE METAS FISCAIS

Quadro IV - Origem e Aplic. de Rec. Obtidos c/ Alienação Ativos ( artigo 4º § 2º, III da LC 101/2000)

DESCRIÇÃO	EXERC. 2004	EXERC. 2005	EXERC. 2006
DESCRIÇÃO DAS ORIGENS	-	-	-
TOTAL DAS ORIGENS	-	-	-
DESCRIÇÃO DAS APLICAÇÕES	-	-	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	-	-	-
FLUXO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ( aplicações - origens)	-	-	-

SEM MOVIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS - RO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2009

ANEXO DE METAS FISCAIS

Quadro V - Dem. Estimativa e Compensação da Renúncia Receita ( artigo 4º § 2º, V da LC 101/2000)

DESCRIÇÃO	EXERC. 2008	EXERC. 2009	EXERC. 2010
1 - Receitas Tributárias			
Total de Receitas Tributárias			
2 - Receitas Patrimoniais			
Total de Receitas Patrimoniais			
3 - Outras Receitas			
Total de Outras Receitas			
TOTAL GERAL			

NÃO HÁ PREVISÃO PARA RENÚNCIA DE RECEITA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS - RO  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
 LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2009

ANEXO DE METAS FISCAIS

Quadro VI - Dem. Margem Expansão Desp. Carater Continuado ( artigo 4º § 2º, V da LC 101/2000)

Descrição da fonte de Recursos da Margem de Expansão das Despesas Continuadas	EXERC. 2008	EXERC. 2009	EXERC. 2010
	-	-	-
	-	-	-
NÃO HAVERA EXPANSÃO DE DESPESAS DE CARATER CONTINUADO			
TOTAL	-	-	-